

NUCLEOS COOPERATIVOS: uma perspectiva profissional para o portador de deficiência

Maria Helena Alcântara de Oliveira*

A experiência acumulada durante anos com alunos portadores de deficiência nas escolas especiais da rede oficial de ensino do Distrito Federal e a busca constante em aprimorar o nosso conhecimento motivaram-nos a elaborar um programa alternativo que viesse apresentar caminhos para a inserção dessa clientela no mercado de trabalho. Tradicionalmente, estes alunos têm permanecido nas escolas especializadas da rede de ensino, sem qualquer perspectiva de deixar esta instituição.

Embora as escolas do Distrito Federal tenham se preocupado em prestar atendimento especializado a esta clientela, observamos que grande parte dos alunos não têm possibilidade de serem integrados na força de trabalho competitiva. Vários fatores dificultam tal inserção, como a instabilidade emocional, dificuldades psicomotoras, a par do despreparo por parte do empregador para lidar com esta clientela. Para agravar ainda mais esse quadro, constatamos falta de ofertas de tarefas simples, seriadas e sistematizadas no mercado de trabalho, uma vez que Brasília se caracteriza como uma cidade fundamentalmente administrativa, com poucos núcleos industriais.

* Educadora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal.

A retenção desta clientela nas escolas, por tempo indeterminado, causava-nos preocupação pela falta de perspectiva de ocupação para esse grupo e a conseqüente redução das oportunidades de atendimento a novos alunos, por falta de vagas. Tínhamos consciência da necessidade urgente de um programa que tanto propiciasse a canalização das energias desta clientela quanto contribuísse para o desenvolvimento de seu potencial. No nosso entender, tal programa deveria incluir um conjunto de atividades, nas quais tais alunos pudessem sentir-se úteis e ajustados social e profissionalmente, com possibilidade de conquistarem remunerações num espaço transitório ou permanente. Foram estas as razões que nos levaram à criação de Núcleos Cooperativos, que se constituem em uma modalidade de oficina protegida.

Núcleo cooperativo

Núcleo Cooperativo constitui-se na extensão de um processo educativo que visa a ajustar e integrar socialmente um grupo de indivíduos que, por motivo de ordem bio-psico-social, não adquiriu ou não tem condições de adquirir preparação suficiente para se inserir no mercado competitivo de trabalho.

A criação do Núcleo Cooperativo possibilitou o alcance deste objetivo aos portadores de necessidades educativas especiais, suprindo a limitação dos centros de ensino especial quando estes já não tinham o que oferecer àquele aluno que já venceu todas as etapas do desenvolvimento psicopedagógico, previstas nos programas educacionais.

A implantação destes núcleos foi de grande importância, uma vez que viabilizou a profissionalização do aluno portador de deficiência mental, acima de 18 anos, que não poderia continuar como aprendiz em oficinas pedagógicas e para o qual era necessário criar um novo estímulo, uma experiência que o valorizasse como cidadão e que respeitasse suas limitações.

O Núcleo Cooperativo apresenta uma proposta filosófica similar à de uma empresa, tanto no aspecto físico como no funcional. Respeitam-se horário, produtividade, assiduidade, responsabilidade e aparência pessoal, consideradas as potencialidades, limitações e habilidades do aprendiz. Ao final de cada mês, é oferecida ao aprendiz uma gratificação com base nesses critérios.

O sistema de trabalho adotado nas oficinas é a divisão da produção em etapas, onde cada aprendiz executa uma tarefa, conforme sua aptidão, habilidade e ritmo próprio. O Núcleo Cooperativo caracteriza-se por um recurso que desenvolve atividades industriais, comerciais, prestação de serviço ou subcontrato, envolvendo métodos, processos e equipamentos os mais próximos possíveis da realidade de mercado.

Em Brasília, os dois núcleos em funcionamento e o terceiro, que será inaugurado brevemente, caracterizam-se pela produção própria. Neste sistema, a decisão do que será produzido, bem como a colocação do produto no mercado de consumo são responsabilidades do próprio núcleo. Neste caso, a produção da oficina é escolhida de acordo com a demanda da comunidade local, de forma a assegurar que o produto seja vendável. Para tanto, no núcleo de produção própria, há uma loja com exposi-

ção permanente do produto confeccionado pelos aprendizes, bem como o catálogo dos materiais à venda, objetivando a divulgação ao público.

Atualmente, em Brasília, estamos pesquisando os mercados das cidades satélites do Gama e de Taguatinga, com vistas à instalação de Núcleos Cooperativos que utilizem o sistema de subcontratos. Nesse caso, a decisão do que será produzido, bem como a colocação do produto no mercado de consumo ficará sob responsabilidade da firma contratante.

Do ponto de vista econômico, o Núcleo Cooperativo é uma empresa protegida, sem fins lucrativos, onde, além da produção comercial executada em oficinas, os aprendizes exercem outras funções, tais como as de *office-boy*, agente de limpeza, merendeira, recepcionista, copeira, balconista, ajudante de merendeira, etc.

Os recursos financeiros oriundos da produção são destinados à gratificação dos aprendizes e à compra de matéria-prima necessária para a produção da oficina, quando se trata de produção própria. Quando se opta pelo sistema de subcontrato ou prestação de serviço, destina-se a receita à remuneração dos aprendizes e despesas com alimentação.

Os Núcleos Cooperativos instalados pela APAE/DF funcionam das 8 às 15 horas, em período destinado à produção. Após esse horário, é oferecido aos aprendizes um programa de Educação Física que visa à manutenção da saúde física. Além disso, para os aprendizes que demonstrem interesse e habilidade pela música, há o coral da instituição, do qual também fazem parte.

Em Brasília, todo esse trabalho é gerenciado pela APAE/DF e dirigido por uma equipe de profissionais treinados em aspectos administrativos, financeiros e técnicos. Os profissionais especializados são cedidos, por convênio, pela Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal através da Fundação Educacional. Enfatiza-se ainda a relevância dessa equipe estar sensibilizada à problemática que permeia a questão da deficiência.

Contamos, também, com a parceria da LBA, da CORDE Nacional, CORDE/DF, do FNDE e da Secretaria Especial do MEC.

Apesar de considerarmos que cidadania se define pelo pleno exercício dos direitos e deveres, tanto sociais quanto políticos, e que integração social se realiza pela real participação do indivíduo na sociedade em todo e qualquer ambiente, o Núcleo Cooperativo trabalha em favor da prática da cidadania no seu cotidiano, mesmo restringindo a integração a um espaço reduzido dentro da sociedade.

Ao ingressar no trabalho dos Núcleos Cooperativos, o portador de necessidades educativas especiais acima de 18 anos tem oportunidade de ampliar seu universo, pois este ambiente favorece maior integração entre ele e a sociedade representada pelos colegas, visitantes, professores, clientes e pela própria família. Sentindo-se útil, capaz e produtivo, o aprendiz aumenta sua auto-estima, sua participação no meio social, aprendendo a lutar por seus direitos, praticando deveres, exercendo, desta forma, a cidadania com o trabalho em atividade de natureza ocupacional profissionalizante, e que tem caráter terapêutico.

Consideramos que os Núcleos Cooperativos podem levar o indivíduo portador de deficiência a trilhar alguns caminhos: o mercado competitivo, que seria sua real integração na sociedade; o trabalho autônomo subsidiado pela família; ou ainda sua integração no mundo do trabalho, mesmo que sua condição individual não possibilite outros recursos além de sua permanência no núcleo.